

**Coordenadores**

Antonio Henrique Graciano Suxberger

Renee do Ó Souza

Rogério Sanches Cunha

# Projeto de Lei **ANTICRIME**



**2019**



**EDITORA**  
*jus***PODIVM**

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPodivm

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Diagramação:** Luiz Fernando Romeu ([lfando\\_38@hotmail.com](mailto:lfando_38@hotmail.com))

**Capa:** Ana Caquetti

S211p Sanches, Rogério.

Projeto de lei anticrime / Coordenadores Antonio Henrique Graciano Suxberger, Renee do Ó Souza, Rogério Sanches – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.  
576 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2838-8.

150441

1. Direito Penal. 2. Lei Anticrime. I. Suxberger, Antonio Henrique Graciano. II. Souza, Renee do Ó. III. Sanches, Rogério. IV. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Fundação Escola Superior do Ministério Público - FESMPMT

Rua Diogo Domingos Ferreira, 390 – Bairro Bandeirantes – Cuiabá/MT CEP 78.010.090

CNPJ 97.324.271/0001-34

Fone: (065) 3363-0600

Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – FESMPDFT

Endereço: SCRS Quadra 502, Bloco A, Loja 55 – Brasília/DF – CEP: 70.330-510

CNPJ: 26.989.137/0001-04

Telefone: (061) 3226-4643 Telefax: (061) 3226-4178

Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul – FMP

R. Coronel Genuíno, 421

Condomínio Edifício

Esplanada dos Açores

Centro, Porto Alegre/RS

CEP: 90010-350

CNPJ: 90.090.762/0001-19

# SUMÁRIO

<b>1. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS MODIFICAÇÕES NO REGIME LEGAL DA IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL E DO BANCO DE PERFIS GENÉTICOS .....</b>	<b>23</b>
<i>Antonio Henrique Graciano Suxberger</i>	
Considerações Iniciais .....	25
1. A identificação criminal e a possibilidade de identificação por meio do perfil genético .....	27
2. As alterações na LEP: o art. 9.º-A e a coleta de material para identificação do perfil genético do condenado por crime doloso .....	29
3. As alterações na Lei de Identificação criminal .....	36
3.1. O prazo de armazenamento dos dados de perfil genético .....	38
3.2. A criação do Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais .....	40
Considerações finais .....	46
Referências .....	47
 <b>2. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E O CONCEITO DE CRIME ORGANIZADO.....</b>	 <b>49</b>
<i>Vladimir Aras</i>	
1. Introdução .....	49
2. O conceito de organização criminosa e suas controvérsias .....	51
3. O conceito de organização criminosa no projeto Moro.....	57
4. Competência para julgamento do crime de associação em organização criminosa .....	64
5. Maior rigor penal em relação a membros de organizações criminosas.	66
6. Abrangência da Lei do Crime Organizado .....	70
7. Conclusão.....	72
 <b>3. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS EQUIPES CONJUNTAS DE INVESTIGAÇÃO .....</b>	 <b>75</b>
<i>Rodrigo Leite Ferreira Cabral</i>	
1. Introdução .....	75
2. Sobre as Equipes Conjuntas de Investigação .....	77
3. As ECIs no Projeto Anticrime .....	79

4. Conclusões.....	83
5. Referências bibliográficas .....	83

#### **4. PROJETO DE LEI “ANTICRIME”, ESCUTA AMBIENTAL E AS ALTERAÇÕES NA LEI 12.850/2013 (ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS) ..... 85**

*Antonio Henrique Graciano Suxberger e Renee do Ó Souza*

1. A modernização das investigações por meio das tecnologias atuais.....	86
2. Conceito de escuta ambiental e regime constitucional.....	90
3. Atribuição/legitimidade para o requerimento.....	96
4. Objeto da medida – Sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	98
5. Requisitos para escuta ambiental – incisos I e II .....	98
6. Formalidades do requerimento – §§ 1º a 6º .....	100
7. Crime de escuta ambiental clandestina .....	103
Objetividade Jurídica.....	104
Sujeitos do Crime.....	104
Condutas.....	105
Causa legal de atipicidade – § 1º.....	108
Voluntariedade .....	110
Consumação e Tentativa .....	110
Ação Penal.....	110
Considerações finais.....	110
Referências .....	111

#### **5. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E A ADOÇÃO DO PROCEDIMENTO ABREVIADO NO BRASIL ..... 113**

*Antonio Henrique Graciano Suxberger*

Considerações Gerais.....	114
1. O acordo de culpa: o procedimento abreviado .....	123
2. Amplitude do procedimento abreviado e momento do acordo.....	126
3. Requisitos do acordo.....	134
4. Benefício do acordo de culpa em relação às penas da condenação .....	138
5. Efeitos patrimoniais – efeitos extrapenais da condenação .....	145
6. Atenção à vítima.....	147
7. Audiência.....	148
8. Papel do Juiz.....	150
9. Homologação do acordo: sentença penal condenatória .....	155
10. Recusa de homologação do acordo: possibilidade e efeitos.....	156
11. Recusa de acordo pelo titular da ação penal.....	158
12. Da constitucionalidade do procedimento abreviado pelo acordo de culpa	162
12.1. Devido processo legal (art. 5º, inciso LIV) .....	170
12.2. Tutela jurisdicional (art. 5º, XXXV) .....	172

12.3. Princípio acusatório (art. 129, inc. I).....	173
12.4. Presunção de inocência (art. 5º, LVII).....	174
12.5. Contraditório e Ampla defesa (art. 5º, LV).....	177
12.6. Nemo tenetur se detegere (art. 5º, LXIII).....	181
12.7. Duplo grau de jurisdição.....	182
12.8. Motivação das decisões penais (art. 93, IX).....	183
12.9. Estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário.....	184
Considerações finais.....	186
Referências .....	187

## **6. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E A REFORMA DO CRIME DE RESISTÊNCIA ..... 193**

*Luciano Casaroti*

1. Considerações iniciais .....	193
2. Alterações propostas ao crime de resistência pelo Projeto de Lei nº 882/2019 .....	195
2.1. Análise do acréscimo da pena de multa nas penas do caput e § 1º do art. 329 .....	195
2.2. Análise da redação proposta para o § 2º do art. 329 do CP .....	196
Crime Qualificado pelo resultado.....	197
Tipo aberto .....	201
Patamar Sancionatório .....	202
Competência .....	203
2.3. Análise da redação proposta para o novo § 3º do art. 329 do CP.....	204
Referências .....	205

## **7. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E A UTILIZAÇÃO DE BENS APREENDIDOS..... 207**

*Francisco de Assis Machado Cardoso*

1. Introdução – objetivo da medida assecuratória utilização de bens apreendidos .....	208
2. Sintonia com o Direito penal moderno e a utilização de bens apreendidos na legislação brasileira .....	209
3. Requisitos para utilização de bens.....	210
4. Objeto da medida.....	211
5. Beneficiários da medida .....	212
6. Procedimento para a medida assecuratória utilização de bens .....	214
7. Providências de cautela .....	215
8. Conclusão .....	216
Referências .....	218

## 8. PROJETO DE LEI “ANTICRIME”, O CONFISCO ALARGADO E DEMAIS MEDIDAS PARA APRIMORAR O PERDIMENTO DO PRODUTO DO CRIME..... 219

*Francisco de Assis Machado Cardoso*

1.	INTRODUÇÃO – “O CRIME NÃO PODE COMPENSAR” .....	220
2.	A PERDA DE BENS COMO EFEITO GENÉRICO DA CONDENAÇÃO PENAL.....	223
3.	O confisco por equivalência .....	225
4.	Os efeitos da condenação na Lei 9.613/98 (Lei de lavagem de dinheiro)....	226
5.	A criação de uma nova modalidade de confisco – O confisco alargado..	227
6.	Os requisitos exigidos para aplicação do confisco alargado .....	229
6.1.	Condenação por Crime com Pena Máxima Superior a 06 anos...	229
6.2.	A Incompatibilidade do Patrimônio com a Renda Lícita do Agente .....	231
6.3.	Demonstração de Vinculação a Práticas Delituosas.....	233
6.3.1.	CONDUTA CRIMINOSA HABITUAL, REITERADA OU PROFISIONAL.....	234
6.3.2.	VINCULAÇÃO DO CONDENADO A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA	234
6.4.	CARÁTER OBRIGATÓRIO DA DECRETAÇÃO DA PERDA ALARGADA.....	235
7.	O CONCEITO DE PATRIMÔNIO DO CONDENADO PARA FINS DE APLICAÇÃO DO CONFISCO ALARGADO .....	236
8.	Da constitucionalidade do confisco alargado .....	237
9.	A alienação judicial dos bens objeto de perdimento e destinação dos valores obtidos com a venda.....	238
10.	Conclusão .....	243
	Referências .....	246
	Normativas internacionais.....	246

## 9. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E A MUDANÇAS NA SEARA ELEITORAL ..... 247

*Igor Pereira Pinheiro*

1.	Análise Preliminar.....	247
2.	Análise das mudanças legislativas com reflexos eleitorais.....	264
2.1.	A Supressão da Competência da Justiça Eleitoral para Julgar os Crimes Comuns Conexos aos Eleitorais.....	264
2.1.1.	O Estado Atual das Coisas.....	265
2.1.2.	Algumas Reflexões sobre a Supressão de Competência da Justiça Eleitoral para Julgar os Crimes Comuns, em Especial os de Corrupção .....	268
2.2.	A “Criação” do Tipo Penal de “Caixa 2” .....	271
2.2.1.	A Prescindibilidade da Tipificação Pretendida.....	271

**10. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS MEDIDAS PARA DIFICULTAR A SOLTURA DE CRIMINOSOS HABITUAIS ..... 273**

*Júlia Flores Schütt*

1. Introdução .....	273
2. Da necessidade de elevação do risco à prática do ato criminoso como meio de combate à impunidade .....	276
3. Da repercussão da redação do § 2º do art. 310 do Projeto de Lei Anticrime (PLA) no <i>sistema</i> atual de conversão de flagrante em prisão preventiva.....	280
3.1. Breve Análise sobre o Flagrante e as Providências Delineadas com base no art. 310 do Código de Processo Penal .....	280
3.2. A Cautelaridade como Requisito à Conversão do Flagrante em Prisão Preventiva .....	281
3.3. Art. 313 do Código de Processo Penal (CPP) e as Condições à Prisão Preventiva .....	283
3.4. Do § 2º do art. 310 do Projeto de Lei Anticrime.....	284
3.4.1. Das “Novas” Hipóteses de Cabimento de Conversão de Flagrante em Prisão Preventiva .....	285
3.4.2. § 2º, Parte Final, do Art. 310 do Projeto de Lei Anticrime: Exceto se Insignificantes ou de Reduzido Potencial Ofensivo as Condutas .....	295
3.5. § 2º do art. 310 do PLA e as Hipóteses de Cabimento do art. 313 do CPP .....	297
4. Conclusão.....	297
Referências .....	298

**11. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS MEDIDAS PARA ALTERAR O REGIME JURÍDICO DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS ..... 301**

*Ludmila de Paula Castro Silva*

1. Mudanças no art. 2º da Lei 11.671.....	302
2. Mudanças no art. 3º da Lei 11.671.....	304
3. Mudanças no art. 10 da Lei 11.671 .....	314
4. Novos dispositivos da Lei 11.671 .....	314
Referências .....	315

**12. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS MEDIDAS PARA EVITAR A PRESCRIÇÃO PENAL ..... 317**

*Mariano Paganini Lauria*

1. Considerações iniciais acerca da prescrição penal .....	317
2. Das alterações previstas no projeto de lei anticrime .....	320

3. Considerações finais e proposta de <i>lege ferenda</i> .....	328
Bibliografia .....	329

### **13. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS MEDIDAS PARA ENDURECER O CUMPRIMENTO DAS PENAS .....**

**331**

*Matheus Kuhn Gonçalves*

1. Introdução .....	331
2. Mudanças no Código Penal.....	332
2.1. Regime Inicial Fechado para Condenados Reincidentes ou com Conduta Criminosa Habitual (art. 33, § 5º) .....	333
2.2. Regime Inicialmente Fechado para os delitos de Peculato, Corrupção Ativa e Passiva (§ 6º).....	338
2.3. Regime Inicialmente Fechado para os delitos de Roubo com emprego de arma de fogo e de explosivo e Roubo majorado pela lesão grave (§ 7º) .....	344
2.4. Fixação de período mínimo de cumprimento de pena em regime fechado ou semiaberto.....	345
3. Mudanças na Lei nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos) .....	348
3.1. Progressão de Regime em caso de Morte da Vítima (§ 5º) .....	349
3.2. Progressão de Regime Condicionada ao Mérito e Presunção de que não irá delinquir (§ 6º) .....	350
3.3. Vedação à Saída Temporária aos condenados por Crimes Hediondos, Tortura e Terrorismo.....	352
4. Mudanças na Lei nº 12.850/2013.....	359
4.1. Início do cumprimento de pena para Líderes de Organizações Criminosas Armadas em estabelecimentos penais de segurança máxima .....	359
4.2. Vedação ao Livramento Condicional e Progressão de Regime aos integrantes de organização criminosa ou condenados por crimes praticados por intermédio de organização ou associação criminosa.....	360
Referência Bibliográficas .....	362

### **14. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS MEDIDAS RELACIONADAS À LEGÍTIMA DEFESA .....**

**365**

*Rogério Sanches Cunha*

1. Introdução .....	365
2. Legítima defesa na Reforma da Parte Geral do CP de 1984 .....	365
2.1. Agressão injusta .....	366
2.2. Atual ou iminente.....	367
2.3. Uso moderado dos meios necessários.....	368



2.4.	Proteção do direito próprio ou de outrem .....	369
2.5.	Conhecimento da situação de fato justificante.....	369
3.	Legítima defesa no PL Anticrime .....	370
4.	O excesso nas justificantes.....	370
4.1.	Excesso doloso .....	372
4.2.	Excesso culposo .....	372
4.3.	Excesso acidental .....	373
4.4.	Excesso exculpante.....	373
5.	O excesso no PL Anticrime.....	373
5.1.	Excesso exculpante no PL anticrime.....	376
	Bibliografia .....	377

## **15. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS MEDIDAS PARA ASSEGURAR A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA CONDENAÇÃO CRIMINAL APÓS JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA ..... 379**

*Rafael Schwez Kurkowski*

1.	Introdução .....	379
2.	Histórico da execução provisória da pena .....	382
3.	Definição da culpa com o encerramento das instâncias ordinárias .....	383
4.	Compatibilidade entre a execução provisória da pena e a presunção de inocência.....	387
5.	Positivção da execução provisória da pena.....	390
5.1.	Art. 617-A do CPP: Execução Provisória do Acórdão Condenatório como Regra .....	390
5.2.	Art. 609, §§ 1º e 2º, do CPP: Alcance e Influência dos Embargos Infringentes e de Nulidade.....	392
5.3.	Arts. 637 e 638, Ambos do CPP: Recursos Excepcionais não têm efeito suspensivo.....	396
5.4.	Art. 283 do CPP: Suficiência da Decisão de Órgão Colegiado para a Execução Provisória da Pena .....	398
5.5.	Arts. 50 e 51, ambos do CP, e art. 164 da LEP: Execução Provisória da Pena de Multa .....	399
5.6.	Arts. 105 e 147, ambos da LEP: Alteração da LEP para permitir a Execução Provisória da Pena.....	402
5.7.	Arts. 122 e 133, Ambos do CPP: Execução Provisória do Perdimento dos Bens Do Réu.....	403
	Referências bibliográficas .....	404

## **16. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS MEDIDAS PARA AUMENTAR A EFETIVIDADE DO TRIBUNAL DO JÚRI..... 407**

*Rafael Schwez Kurkowski*

1. Introdução .....	407
2. Exigência da execução provisória da pena pela natureza jurídica do tribunal do júri.....	412
3. Ausência de efeito suspensivo do recurso cabível contra a pronúncia ..	423
4. Execução provisória da pena no júri.....	433
4.1. Art. 492 do CPP: Cumprimento Imediato da Decisão Condênatória.....	433
4.2. Art. 609, §§ 1º e 2º, do CPP: Descabimento dos Embargos Infringentes e de Nulidade no Júri.....	440
4.3. Art. 617-A do CPP: Teoria Geral dos Recursos a ser Interpretada Sistematicamente com o art. 492 do CPP .....	441
4.4. Art. 637 do CPP: Teoria Geral dos Recursos a ser Interpretada Sistematicamente com o art. 492 do CPP .....	442
4.5. Art. 105 da LEP: Alteração da LEP para Permitir a Execução Provisória da Pena Decidida por Órgão Colegiado.....	443
Referências bibliográficas .....	444

## **17. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E A FIGURA DO INFORMANTE DO BEM OU WHISTLEBLOWER..... 447**

*Renee do Ó Souza*

1. Introdução .....	448
2. Definição e principais características .....	449
3. Entes que devem receber estruturar programa whistleblowing.....	452
4. Canais de denúncia .....	454
5. Denúncias anônimas .....	455
6. Diferença entre whistleblower e colaborador premiado .....	457
7. Objeto do relato ou informações.....	457
8. Procedimento e decisão que acolhe o relato.....	458
9. Imunidade do whistleblower de boa-fé .....	461
10. Proteção integral contra retaliações.....	464
11. Revelação da identidade do whistleblower.....	468
12. Direito de opção .....	469
13. Outras medidas de proteção do whistleblower.....	472
14. Nova infração disciplinar .....	474
15. Ressarcimento em dobro pelas retaliações.....	475
16. Recompensa do whistleblower.....	475
17. O papel do advogado frente o whistleblower .....	477

18. Conclusão.....	478
Referências .....	480

## **18. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS MEDIDAS PARA ELEVAR PENAS EM CRIMES RELATIVOS A ARMAS DE FOGO..... 483**

*Ricardo Silveiras*

1. Introdução .....	483
2. Mudança na Lei nº 10.826/2003 (armas) .....	488
Bibliografia .....	498

## **19. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL ..... 499**

*Rodrigo Leite Ferreira Cabral*

1. Introdução .....	499
2. O contexto brasileiro atual.....	499
3. Os antecedentes normativos do acordo de não persecução em nosso sistema .....	503
4. Análise do acordo de não persecução na proposta do Projeto de Lei n. 882/2019 .....	506
5. Conclusão .....	516
6. Referências bibliográficas .....	516

## **20. PROJETO DE LEI “ANTICRIME” E AS ALTERAÇÕES NOS EMBARGOS INFRINGENTES E EMBARGOS DE NULIDADE..... 519**

*Ronaldo Vieira Francisco e Fábio Ianni Goldfinger*

1. Fundamento do Direito ao Recurso .....	519
2. Conceito e Classificação .....	521
3. Princípios Relativos aos Recursos.....	524
4. Efeitos possíveis dos Recursos.....	529
5. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito .....	530
6. Pressupostos de admissibilidade recursal .....	531
6.1. Hipóteses de Cabimento .....	531
6.2. Competência.....	533
6.3. Legitimidade .....	534
6.4. Tempestividade.....	535
6.5. Regularidade Procedimental.....	535
7. Considerações Finais.....	537
Referências Bibliográficas.....	538

## **21. SOLUÇÃO NEGOCIADA NA LEI DE IMPROBIDADE..... 539**

*Renee do Ó Souza*

1. Introdução – identificação da antinomia.....	539
2. Finalidade original da proibição dos acordos na redação atual.....	541
3. Disfuncionalidade decorrente da proibição.....	543
4. Reinterpretação da vedação.....	543
5. Acordos negociais na defesa do direito fundamental à probidade administrativa.....	545
6. Interligação finalística dos instrumentos negociais .....	546
7. Critérios para transversalidade e celebração dos acordos da improbidade .....	549
8. A diferença finalística entre acordos de colaboração/Leniência para TAC e TCC .....	552
9. Acordos simultâneos e o problema da legitimidade concorrente e disjuntiva da tutela coletiva .....	553
10. Conclusão: inexistência de solução fácil na defesa da probidade.....	556
Referências .....	557

## **22. DAS MEDIDAS PARA ALTERAR O REGIME DE INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA ..... 559**

*Pedro Ivo de Sousa\**

1. Introdução .....	559
2. Breve contextualização histórica brasileira .....	560
3. Breve contextualização no direito comparado .....	562
4. Análise sistemática comparativa.....	563
5. Análise da alteração do § 2º .....	564
6. Análise da alteração do inciso IV, do § 2º .....	567
7. Análise da alteração do § 8º .....	568
8. Análise da alteração do § 10 .....	569
Referências bibliográficas .....	571